

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO EM SALVADOR (2005 - 2012)

Manuela Cassia da Silveira Gomes – manuelacassia@gmail.com – UEFS; SMED

Antonia Almeida Silva – antoniasilva@uefs.br – UEFS

Neste estudo colocamos em relevo as relações de parceria entre os governos municipais de Salvador e o setor privado, no período 2005-2012. A pesquisa, de natureza qualitativa, teve cunho documental e foi realizada a partir de registros institucionais, tomando como *corpus* documentos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED), notícias do site oficial, diários oficiais e legislação educacional do município. A documentação reunida produziu evidências sobre as ações realizadas pela Secretaria quanto às parcerias público-privado, no período delimitado. As categorias público-privado foram chaves interpretativas importantes e são referidas à dimensão ideológica que enaltece o capitalismo de livre mercado e vem forjando mudanças na cultura e na gestão do setor público, consoante o gerencialismo, isto é, a criação de mecanismos de controle do Estado, combinado com a desregulamentação de suas ações na área educacional (AFONSO, 2000).

A Rede Municipal de Ensino de Salvador, há muitos anos, tem pautado a sua política educacional através das parcerias público-privado. Estas abrangem dimensões variadas que alcançam desde a gestão do sistema ao direcionamento de práticas pedagógicas. Esse processo não resulta de um movimento isolado da capital baiana, mas antes reflete a lógica neoliberal que ganhou força no Brasil desde a década de 1990. O neoliberalismo, nascido da “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar” (ANDERSON, 1995, p.1), compreende uma arquitetura que redireciona o papel do Estado, combinado com o aparelhamento intensivo dos governos por setores dominantes da burguesia.

Buscando nos situar nesse processo, este estudo situa as políticas educacionais como parte dos movimentos de aparelhamentos do Estado e de formação de consenso em torno do projeto neoliberal pela burguesia. Na prática as políticas educacionais passaram a ser coordenadas dentro da lógica gerencial, abrindo caminhos para a intervenção dos grandes conglomerados privados nos sistemas públicos de ensino em suas mais variadas formas. Na esteira destas análises, e compreendendo o papel regulador e educativo do Estado, os estudos de Freitas (2015), Adrião, Garcia, Gorghi e Arelaro (2009) e Peroni (2012) indicam que os investimentos públicos nas parcerias vêm se materializando na compra de livros didáticos para

alunos e professores, na formação de professores em serviço, além assessorias para o planejamento e execução de ações que busquem o “aprimoramento” da educação pública.

As parcerias em Salvador: entre a responsabilidade social e o “*know-how*” empresarial

O movimento até aqui exposto revela muita proximidade com o cenário da Secretaria Municipal de Educação de Salvador. É certo que mesmo antes do período de abrangência deste estudo a Secretaria já vinha realizando parcerias com o setor privado. No período que abrange este trabalho (2005-2012), englobando as duas gestões do prefeito João Henrique, foram realizadas 30 (trinta) parcerias público-privado. Na primeira gestão o prefeito efetivou um total de 17 parcerias, enquanto na segunda foram 13. Neste segundo momento embora o quantitativo total seja menor, houve aumento no número de parcerias que envolviam repasse de verbas públicas para empresas que comercializam seus serviços em nome de *know-how* para fazer girar o mercado e sua extensão à educação. Nesse sentido o estudo identificou que as parcerias tiveram características distintas. De um lado aquelas mais diretamente vinculadas aos ideários da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e, de outro, aquelas que desenvolvem relações comerciais no sentido de venda de produtos. No primeiro caso, estão situadas parcerias que invocam o ativismo social por meio de intervenções diretas em programas direcionados para os aspectos formativos diversos, mormente de caráter assistencial e combinada à difusão de práticas voluntárias (LOPES; SILVA, 2020). No segundo, instituições que operam por meio de contratos e que através de suas ações disputam os recursos públicos por meio de prestação de serviços diversos, como venda de equipamentos, assessoria ou projetos pedagógicos. No período de 2005 a 2012 foram identificados 14 projetos de parceria público-privado cuja natureza era de RSE, envolvendo 21 instituições, visto que, em alguns casos, duas ou mais atuaram de maneira conjunta na realização dos projetos, (como a Wall Mart e a Ong Sons do Bem no Projeto Cirandando Brasil), e abarcaram uma diversidade de aspectos da política pública educacional, variando desde ações vinculadas a leitura e escrita, como esporte, saúde e tecnologia.

Atuando de maneira concomitante, empresas que se apresentaram como instituições com expertise na área educacional e que se beneficiaram do recebimento de recursos públicos diretos, através de parcerias remuneradas. Diferentemente das ações voltadas a RSE, onde as instituições podem não ter experiência alguma na área educacional, mas buscam promover sua marca, as que possuem a suposta expertise ofertam e vendem soluções administrativas e pedagógicas. Ao todo 16 projetos/programas com essa conotação foram desenvolvidos na rede, envolvendo 18 empresas. Em um destes casos, três empresas atuaram de maneira conjunta.

Considerando os limites desse trabalho registramos a título de exemplo uma dessas parcerias de natureza comercial, com o grupo Positivo e o projeto mesas educacionais. Desenvolvido no ano de 2009, as mesas educacionais Alfabeto e E-Blocks eram compostas por um módulo eletrônico e softwares educacionais, desenvolvidos de forma a permitir o trabalho colaborativo de até seis crianças. Ao todo, foram adquiridas pela rede municipal e distribuídas nas escolas cerca de 132 mesas educacionais. Além disso, o projeto envolvia a capacitação de professores e o acompanhamento pedagógico das atividades com as mesas. O público eram estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e o projeto alcançou 26 escolas, 11.732 alunos e 386 professores. (SALVADOR, 2009, p. 15)

Considerações finais

Os dados evidenciaram que foram realizadas parcerias das seguintes naturezas: responsabilidade social empresarial; assessoria e venda de produtos, com acesso a recursos públicos. Dentre as instituições que atuaram em períodos concomitantes citamos a Fundação Educar D’Paschoal, o Instituto Íris, o Instituto Letra Viva, o Jornal A Tarde, o grupo Positivo e a Humanidades editora e projetos. Destas, as três primeiras compuseram o universo das instituições orientadas pelo ideário assistencial, encarnando a RSE em sua versão de parceria sem fins lucrativos. O jornal A Tarde, o grupo Positivo e a Humanidades editora executavam projetos que envolviam repasse de recursos públicos. Essa distinção na natureza das parcerias revela a complexidade das estratégias de aparelhamento intensivo dos governos por setores dominantes da burguesia na área de educação e as contradições ideológicas do neoliberalismo, pois embora os setores privados reiviniquem como fundamentos de suas ações a capacidade técnica e o *know-how* de gestores “bem sucedidos”, na prática as parcerias são vetores de acesso privado a recursos públicos e mecanismo de difusão da ideologia neoliberal.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas.

Educação e Sociedade. Campinas, v. 30, n. 108, p. 799 – 818, out. 2009.

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional:** regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

ANDERSON, P. **Balanco do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) Pós – Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BATISTA, Manuela Cassia da Silveira Gomes. **Salvador, cidade educadora e os ciclos de parceria público-privado (2005-2012)**. 2019, 167 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 35, nº129, p. 1085-1114, out.-dez. 2014.

LOPES, V. P. M.; SILVA, A. A. Responsabilidade social empresarial e ativismo social na educação pública do município de Feira de Santana. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 12, p. 348-364, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer. **Projeto Político Pedagógico do NTE: Construindo Itinerâncias e Identidade**. Salvador, 2009.